



## ATA NÚMERO 2

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2022

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu, em sessão ordinária, pelas nove horas, no Pavilhão Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Sara Moreira Machado respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Adriano Teixeira dos Santos, Manuel Alexandre Machado Oliveira, António Manuel Pinto Ribeiro, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira e Carlos Manuel Azevedo Pereira, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Alexandra Gabriela Almeida Bento Pinto, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, **Joaquim Augusto Teixeira**, Cândido Zoio, João Carlos Santos Leite, **Maria de Lurdes Teixeira Coelho**, , Amélia Oliveira, Sara Maia, André Costa Magalhães, **Inês Brochado Marinho Bastos Batista**, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Sara Moreira Machado, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Simone Guedes Oliveira, Carlos Alberto Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, **José Luís Mesquita Peixoto**, José Augusto Oliveira Araújo e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão  
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga  
FREGIM – Sandra Castro Fraga  
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós  
GONDAR – Hugo Vaz – substituído por Isabel Maria Teixeira Soares  
GOUVEIA S. SIMÃO – Joaquim de Oliveira  
JAZENTE – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro  
LOMBA – José Filipe de Jesus Carvalho  
LOUREDO – António Jorge Barbosa Torres  
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães  
MANCELOS – Ricardo Samuel Teixeira Alves  
PADRONELO – Armando Jorge Pinheiro Coimbra

REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva  
SALVADOR – Pedro Davide Leite Fernandes – substituído por Cláudia Ferrás  
TELÕES – Ivone Sofia Pinto Ribeiro  
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha  
VILA CAÍZ – José António Pereira Ferreira  
VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro - **FALTOU**  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO  
Américo Paulo da Silva Ribeiro  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –  
Ângelo Pereira Magalhães  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.  
CRISTINA – Daniel António Teixeira Pinheiro  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO –Alfredo  
Teixeira Carvalho  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Marta Inês Ribeiro da Costa  
Marinho  
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António  
Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Nuno Queirós, que foi substituído por Maria de Lurdes Teixeira Coelho, António Ferreira Soares Araújo que foi substituído por Joaquim Augusto Teixeira, Carlos António da Silva Carvalho, substituído por Inês Batista e Francisca Alves dos Santos substituída por José Luís Mesquita Peixoto e ainda o senhor Presidente da Junta da União de Freguesias Aboadela, Sanche, Várzea que também justificou a sua falta. Pediram também a substituição o senhor Presidente da Junta de Gondar e o senhor Presidente da Junta do Salvador do Monte, substituídos respetivamente por Isabel Maria Teixeira Soares e Cláudia Conceição Ferrás Moura.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos com a análise e discussão da ata da reunião de 22 de dezembro de 2021.

Relativamente à ata, usou da palavra a senhora deputada Ercília Costa que solicitou várias correções, que prontamente foram atendidas. De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a ata à votação, tendo a mesma sido aprovada com as respetivas alterações com 48 votos a favor, zero abstenções e zero votos contra. Não votaram esta ata, por não terem estado presentes na referida reunião e/ou não fazerem parte como membros da Assembleia Municipal na reunião anterior os senhores deputados: Joaquim Augusto Teixeira Cláudia Conceição Ferraz Moura, Isabel Maria Teixeira Soares, Inês Batista e José Luís Mesquita Peixoto.

A ata acima referida foi ainda votada em minuta, por **Unanimidade**, para poder produzir efeitos imediatos.

De seguida, deram entrada na Mesa da Assembleia três requerimentos que foram lidos pelo senhor Presidente da Assembleia e que a seguir se transcrevem na íntegra.

Assim, o primeiro requerimento subscrito apenas pelo líder da bancada do PS diz

o seguinte: "Ao abrigo do artigo 29º do Regimento da Assembleia Municipal, venho pelo presente requerer que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, possa solicitar à Exma. Câmara Municipal toda a documentação relativa ao ponto número 14, da reunião da Câmara Municipal tida em 18/02/2022. Depois de rececionada essa documentação deverá ser remetida a todos os membros da Assembleia Municipal":

O segundo requerimento assinado por todos os líderes tem a seguinte redação: "A Resolução do Conselho de Ministros nº 51/2017, de 19-07-2019 visa, "promover a redução do consumo de papel e demais consumíveis e meios relacionados com a impressão, tendo como objetivo último não apenas uma correspondente redução de custos, mas principalmente uma mudança de cultura e de práticas, bem como a redução da utilização de produtos de impressão e conseqüente minimização da quantidade e perigosidade de resíduos produzidos". Que determina a aplicação de forma imperativa à administração direta do Estado e recomenda a sua aplicação à administração indireta do Estado, A Câmara Municipal de Amarante, atenta a essa Resolução, passou a disponibilizar os documentos das reuniões em suporte digital, numa "Nuvem".

Que o espaço onde se realizam as sessões da Assembleia Municipal, não dispõe de equipamentos que permitam aceder aos documentos, sendo impossível visualizá-los convenientemente no telemóvel/smartphone – Vem os Grupos Municipais do PS, PSD e CDS, bem como o Deputado Independente, propor, ao abrigo do artigo 29º, do Regimento da Assembleia Municipal de Amarante, e de acordo com o nº 3 do artigo 31º da Lei 75/2013, de 12 de setembro – que a Assembleia delibere que:

- a) O senhor Presidente da Assembleia Municipal providencie o levantamento, junto dos líderes dos grupos municipais das necessidades para a aquisição de equipamentos Tablet de dimensão superior a 11,5 polegadas para todos os membros dos seus grupos municipais, que manifestam essa necessidade, sendo que os referidos equipamentos serão cedidos a título de empréstimo e usados apenas para os fins previstos.
- b) O senhor Presidente da Assembleia Municipal, providencie junto do Executivo, o cabimento, aquisição e distribuição aos grupos municipais, dos referidos equipamentos, até à reunião preparatória da próxima Assembleia Municipal".

Ambos os requerimentos foram submetidos a discussão, sendo que ninguém usou da palavra. Por isso, o senhor Presidente deu-lhe despacho imediato enviando-os ao Executivo para que, se assim for entendido, lhes "*seja dado procedimento conforme o solicitado*".

Ninguém quis usar da palavra relativamente a este requerimento e o senhor Presidente submeteu-o de imediato à votação, sem antes dizer que, em função do resultado dessa votação, o enviará para a Câmara, que lhe dará o tratamento conveniente. Da votação, resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

O teor do terceiro requerimento, também assinado por todos os líderes com assento na Assembleia Municipal é o seguinte:

"1. Considerando que, após a conclusão da avaliação ambiental estratégica da zona com potencial de prospeção de lítio denominada "Seixoso- Vieiros" o Ministério do Ambiente e da Ação Climática anunciou que prevê avançar, num curto prazo, com o concurso para a atribuição da licença de prospeção, com prazo de 5 anos, e que segundo aquilo que o respetivo Ministério anunciou, acaso os respetivos concessionários ven-

cedores do concurso concluíam pela viabilidade dos projetos, poderão avançar para a exploração, sujeitando cada um dos projetos a avaliação de impacto ambiental.

2. Considerando, ainda, que, pese embora caiba ao Governo da República a decisão de concessão das referidas licenças de prospeção e exploração, devem os Amarantinos estar ao corrente de todas as implicações de tais decisões.

3. A Assembleia Municipal de Amarante delibera, nos termos do disposto nos artigos 41º e seguintes do regimento da Assembleia Municipal, a criação de uma Comissão Municipal para o acompanhamento da zona de prospeção de lítio denominada “Seixo-so-Vieiros”, que deverá ser composta da seguinte forma:

**A)**

- um elemento indicado pelo Grupo Municipal do PSD;
- um elemento indicado pelo Grupo Municipal do PS;
- um elemento indicado pelo Grupo Municipal do CDS/PP;
- o Presidente da Junta de Ansiães, enquanto membro independente da Assembleia Municipal ou o seu substituto legal;
- o Presidente, ou o seu substituto legal, de cada uma das uniões de Freguesias afetadas pela respetiva zona de proteção a saber: União de Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, Freguesia de Telões, Freguesia de Fridão, União das Freguesias de Olo e Canadelo e Freguesia de Rebordelo.

**B)**

4 - A Comissão fica autorizada a convidar, para a sua composição, membros da sociedade civil que possam ser uma mais-valia ao seu desempenho, cujo número máximo deve sempre ser inferior àqueles que resultam da soma dos membros indicados pela Assembleia Municipal de Amarante, devendo tais membros ser convidados após deliberação da respetiva comissão.

5 – Sem prejuízo do seu poder de iniciativa, a Comissão deve apresentar relatórios ou esclarecimentos à Assembleia Municipal de Amarante sempre que tal lhe seja solicitado, devendo para isso eleger um Presidente que a represente.

6 – As regras internas de funcionamento deverão ser estabelecidas pela respetiva Comissão”.

Relativamente a este requerimento, inscreveram-se para usar da palavra os senhores deputados:

#### **ANDRÉ MAGALHÃES – PSD**

No uso da palavra disse: “A proposta fala-nos da indicação de um representante de cada bancada, havendo da nossa parte já uma posição tomada que indica como nosso representante o Dr. António Araújo, e reforçar que na reunião de líderes este assunto foi tido como um assunto da máxima importância e prioridade para o sistema de desenvolvimento de Amarante, sabendo nós que também é um assunto de enorme complexidade. O que resulta desta Comissão de Acompanhamento é um trabalho que vai servir de base para tudo aquilo que a Assembleia precisa de desenvolver nesta matéria na ajuda daquilo que é o trabalho do Executivo camarário. Sabendo nós que esta é uma matéria que não depende exclusivamente da Câmara nem das Juntas de Freguesia que venham a ser afetadas, tudo aquilo que vier a ser de constituição de informação de base para fundamentar as várias posições que serão necessárias tomar, a

omissão vai fortalecer esse trabalho. Esta é uma luta que vai exigir da parte de todos os envolvidos uma participação ativa. Daí reforçar a ideia da complexidade do assunto que temos em mão e da importância do trabalho que vai ser desenvolvido”.

#### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: “Este é assunto da maior importância para os vários concelhos e também é um assunto muito relevante. O PS, desde logo acolheu esta proposta conjunta de forma a garantir que toda a informação credível deverá ser tratada nos locais próprios. Neste caso será aqui, na casa da democracia que é a Assembleia Municipal. Todos os assuntos desta Comissão deverão ser debatidos, deverão ter relatórios e deverão ser acompanhados pela Assembleia, de forma a garantir aquilo que temos feito inclusive ao nível das autarquias. O senhor Presidente da Câmara esteve há bem pouco tempo numa negociação/reunião com o senhor Ministro do Ambiente, porque este é um assunto muito importante, onde ele e um conjunto de autarcas de todas as “cores políticas”, debateram um assunto demasiado importante para a nossa região, assunto sobre o qual devemos todos ter uma posição muito veemente relativamente a isto. Saudamos esta comissão, contudo, não indicamos ainda ninguém porque, em termos regimentais terá de ser primeiro aprovada a comissão e só depois disso é que indicaremos o nome para essa comissão”.

#### **JOÃO LEITE – CDS/PP**

No uso da palavra disse: “A bancada do CDS não poderia deixar passar este tema em branco porque é um assunto do maior interesse para o nosso município, para o bem e para o mal e por isso manifestamos o nosso interesse em fazer parte da Comissão e como tal já decidimos quem será o nosso representante e neste caso serei eu próprio, João Leite o representante nessa Comissão”.

#### **ANTÓNIO BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES**

No uso da palavra disse: “Este é um tema particularmente importante e eu, como independente não poderia marginaliza-lo e por isso disponibilizo-me com todas as minhas energias e com todas as minhas forças para estar ao lado desta comissão. Não estando, ao que me parece, prevista qualquer prospeção na Serra do Marão, acredito que o Marão não fugirá desta prospeção e futura exploração e portanto, é um assunto que também me interessa particularmente. Por isso, também estou disponível em conjunto com todos os membros em dar o meu contributo”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia pôs o requerimento à votação de que resultou a sua aprovação por UNANIMIDADE.

Terminado este período destinado à discussão dos requerimentos, passou-se de imediato ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

#### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: “O assunto que me traz aqui tem a ver com uma deliberação tomada pela Câmara na reunião do passado dia 18, onde constava na ordem de trabalhos, no ponto 14, um aumento significativo no tarifário da recolha dos resíduos

urbanos. O PS, com os seus Vereadores opôs-se frontalmente contra esta proposta, alegando inclusive algum articulado que vinha no parecer da ERSAR relativamente a esta matéria. O aumento era de cerca de 45%, relativamente ao tarifário anterior. O Grupo Municipal do Partido Socialista associa-se à posição dos Vereadores do PS que considera muita válida e também porque o parecer da ERSAR diz que nós deveremos sempre, em primeiro lugar otimizar serviço e com isso melhora o trabalho que fazemos relativamente a esta matéria não imputando os custos diretamente ao consumidor. Fiz uma consulta à página eletrónica da ERSAR e verifiquei que os custos com a fatura nesta matéria sejam eles dos resíduos ou da água e saneamento, verifiquei que em Amarante, dez metros cúbicos, com dados de 2019, é de 30,89 euros, sendo que a média nacional se situa nos 25.07 euros. Isto faz com que cada vez mais tenhamos um concelho que não consegue atrair a população e por isso notamos de dia para dia uma queda substancial. Um concelho quanto mais amigo for do consumidor, do seu cidadão, tendo uma política de cada vez menos impostos e ao mesmo tempo serviço de excelência, garantimos que vamos atraindo mais pessoas e por essa via desenvolver o concelho. Para além do mais, estamos também a tratar de questões ambientais que estão na ordem do dia e por isso é importante e urgente, colocar os serviços municipais ao serviço da população reduzindo os desperdícios e otimizado os serviços para que desta forma, tal como dia a própria ERSAR no seu parecer, poderemos mitigar estes custos que são imputados ao consumidor, sendo certo que ainda não fazem a cobertura total dos custos dos serviços, mas devemos caminhar para aí. Por isso mesmo devemos criar políticas muito mais proativas naquilo que é pedagogia do ambiente e desta forma garantir que os custos não sejam imputados ao consumidor final. Por isso, a questão que eu quero colocar aqui muito concretamente ao senhor Presidente de Câmara, é se o senhor Presidente da Câmara vai em primeiro lugar acatar as recomendações da ERSAR e em segundo lugar saber se foi sensível aos argumentos apresentados pelos Vereadores do PS para dessa forma dar uma resposta a este desígnio que deve ser de todos”.

### **ERCÍLIA COSTA – PS**

No uso da palavra disse: “Gostaria de iniciar esta minha intervenção dizendo que esta foi uma semana muito triste para a Europa e para o mundo. Gostava de deixar aqui uma palavra de solidariedade para com a Ucrânia e os ucranianos perante este atentado à democracia e à liberdade.

Depois, trago aqui algumas questões que gostaria de ver esclarecidas pelo senhor Presidente da Câmara ou atendidas no caso de algumas situações. Há uma semana, num sábado à tarde, com um dia belíssimo na minha caminhada habitual, cheguei ao mercado municipal, na zona do Ribeirinho, às cinco horas da tarde, vi que o lixo estava todo espalhado pelo chão. Na mesma altura, estava a chegar uma senhora numa carrinha da Câmara para proceder à limpeza. Sendo um concelho e uma cidade que se pretende de turismo, não faz sentido não estar logo no final da feira uma equipa de limpeza até porque aquele é um espaço onde estaciona muita gente e por onde passa muita gente para fazer as caminhadas junto ao rio.

Outra questão que também gostava de ver atendida, prende-se com o espaço/canal linha do Tâmega entre Amarante e o Marco. Há de facto ali uma fronteira e

marcada pela limpeza ou falta dela. O Marco de Canavezes procede à limpeza do seu espaço, mas no espaço da “fronteira” para cá o espaço não tem sido limpo. Apelo para a necessidade regular de se proceder a essa limpeza.

Sendo a segurança da população uma das prioridades do Executivo, verifiquei que ali na zona dos frescos no mercado, quem vem das Zona das Termas no sentido da Câmara Municipal, existe lá um sinal horizontal que já está completamente apagado, que suponho que seja um stop. Penso que antigamente até existia ali um sinal vertical que já não se vê lá e uma vez que é um espaço onde há pouca visibilidade, exige-se que o sinal seja pintado ou colocado. A mesma situação existe também junto ao Mirante, no sentido de quem tem que virar para o prédio.

Por último trago aqui a questão que me parece ser a questão da ordem do dia. Na última reunião da Assembleia Municipal foi abordada a questão da escultura que foi colocada na plataforma giratória da Avenida 1º de Maio. Nessa reunião foi colocada a questão por um meu colega de bancada e perante essa questão, o senhor Presidente da Câmara disse que aceitava as críticas porque a peça não tinha nada a ver com aquilo que tinha sido contratualizado e que já tinha falado com o artista a quem mostrou o seu desagrado e que não sabia como é que o processo iria terminar, pelo menos é que consta da ata da assembleia Municipal. Não deixa de ser uma novela aquilo que se passou em relação àquela escultura. Portanto, relativamente a tudo isto eu trago aqui várias questões que passo a expor: eu não conheço o projeto e lamento que perante esta situação a Câmara Municipal nunca o tenho colocado na página do município. A página do município deve ser um espaço que para além das informações que lá são colocadas, também deve esclarecer o que se passa em relação a esta situação. Nunca lá vi qualquer referência a essa situação. Acontece que nos deparámos com um momento em que parte da escultura é desmontada e por isso gostaria de saber se quem procedeu a essa retirada de uma peça de arte era uma pessoa qualificada para o fazer. Aquilo foi faseado. Primeiro vamos testar o gosto para vermos se se gosta ou não. Depois vamos ver se há ou não reação, porque se as pessoas não tivessem reagido nas redes sociais, provavelmente a obra de arte, que representa o que representa, ainda lá estaria. Foi então retirada parte dessa obra de arte e uns tempos depois foi toda ela retirada. Estranhamente recebi uma fotografia de peças dessa escultura que deixou de ser uma obra de arte, colocadas num terreno que suponho seja da Câmara Municipal junto ao Centro Columbófilo e perto da escola Amadeo Souza Cardoso. Mais uma vez a Câmara reage, porque foi publicado nas redes sociais e fez desaparecer aquilo que eram os restos de uma escultura. Assim, pretendo saber se pelo facto de não ter havido cumprimento do contrato, a Câmara em algum momento exigiu ser ressarcida do montante que pagou pela escultura? Onde se encontra esse material? Nós deveríamos ser informados, porque estamos a falar de três esculturas, duas para Vila Meã e uma para Amarante num total de 160.000 euros mais IVA. O autor da obra sabe o que aconteceu com a sua obra, porque como sabem há o direito de autor. O que vai ser feito desse material? Qual o fim último que lhe vai ser dado?

#### **HELENA PORTELA – PSD**

No uso da palavra disse: “Esta semana foi recheada de muitas más notícias, não só para o povo Ucrainiano, mas também para nós e para o povo Russo que se viu en-



volvido numa guerra que não é sua, mas sim de um ditador que provavelmente na sua loucura assume estas atitudes que são uma afronta à humanidade. Declaro aqui o meu voto de solidariedade para com o povo Ucraniano e para com o povo Russo e o meu voto de repúdio por uma atitude tão carniceira, irresponsável e inaceitável em pleno século vinte e um, um verdadeiro atentado aos direitos humanos.

Eu ouvi com atenção o que o senhor deputado Cândido Zoio aqui disse. Não tive acesso ao parecer da ERSAR sobre a proposta de tarifários de 2022, porque o que está publicado é o do ano anterior. Pensei que era o mesmo, porque aquilo que eu ouvi foi efetivamente aquilo que eu li para o ano 2021 e custa-me a crer que de facto a Câmara não tenha “evoluído” nesse sentido. Aquilo que me apraz dizer é que efetivamente a eficiência dos serviços e sobretudo a nível ambiental é aquilo que mais se deseja, não só em Amarante, mas em todo mundo. Amarante tem trabalho nessa matéria não só agora, mas já há uns bons anos. Para além de ter de responder à obrigação legal da sustentabilidade dos serviços e não poder estar continuamente a assumir prejuízos na recolha e tratamento de resíduos e afins, a verdade é que a Câmara quando este Executivo tomou posse no seu primeiro mandato, tinha cerca de sete camiões para recolha de lixo e estes sete camiões tinham sido adquiridos entre 1989 e 2006. Estamos a falar de uma frota velha, ineficaz a todos os níveis. Estava frequentemente avariada, muito tempo na oficina, com uma manutenção muito cara, com um consumo elevado, muito poluentes e naturalmente a jusante disto tudo, com uma péssima recolha de serviço. A recolha tem vindo a melhorar a olhos vistos e basta passear pelas ruas do concelho de Amarante e não só da cidade para verificar isso.

Desde 2009 a esta parte, para além de um plano de aumento de tarifário gradual, porque os 45% não dizem nada, porque a estatística vale o que vale, porque é preciso olhar para números absolutos, esse aumento de tarifário foi aprovado pela ERSAR, mas para além disso, a Câmara já investiu muito nesta eficiência de recolha de lixos com a compra de novas viaturas bem mais eficazes, sendo que uma delas tem um sistema de lavagem de contentores, que é uma questão de saúde pública. Um outro com um sistema de recolha de várias caixas, nomeadamente os sacos dos moloks. Tudo isto rondou num investimento de cerca de novecentos mil euros. Não vejo como é que tudo isto não possa ser dito ou reconhecido como um grande investimento, uma grande dedicação à sustentabilidade ambiental do município. Se os preços são altos, estamos todos de acordo. Se o munícipe não deve ser penalizado por isso, também estamos todos de acordo, mas o caminho faz-se caminhando e uma casa não se constrói pelo telhado, mas sim pelos alicerces e aqui os alicerces são os que eu aqui referi e que são apenas uma pequena parte daquilo que o município está a levar a cabo. Quanto aos preços, eu queixo-me e acho que todos os Amarantinos se queixam muito mais da subida brutal do preço da água que temos nas nossas torneiras. Esse sim, é um assalto ao nosso bolso”.

#### **AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra disse: “- **A política sem risco é uma chatice e sem ética é uma vergonha** – sublinho esta segunda frase de Sá Carneiro que me vem à memória quando li uma publicação na página do PS de Amarante do passado dia 3 deste mês de fevereiro e que passo a citar – *“os restos mortais de uma obra de arte de dezenas e*



dezenas de milhares de euros. Imaginemos a quantidade de estradas que se compunham, a quantidade de apoios sociais e o que se faria mais com este malbaratar de dinheiro de todos nós”. Era caso para rir se a referida escultura não tivesse sido adjudicada por 200.000 euros, sendo esta uma das três esculturas contratualizadas. Uma parte deste investimento está depositada num estaleiro da Câmara Municipal de Amarante a céu aberto. Imaginemos o que poderia ser feito com este dinheiro”. Esta publicação enferma de falsidade que o PS não ignora e por isso mente despididamente, com o manifesto propósito de induzir em erro os amarantinos e todos quantos leram tal publicação, o que consubstancia uma manifestação de má-fé. O PS sabe muito bem que a escultura em causa não custou 200.000 euros, mas não obstante isso não se absteve de o afirmar por escrito. O PS sabe que o que foi contratualizado pela Câmara Municipal foram cinco esculturas para serem colocadas em três rotundas, porque uma das rotundas vai ter três esculturas e tudo pelo preço global de 162.000 euros, o que dá a quantia de trinta e dois mil e quinhentos euros por escultura, mais IVA à taxa legal. De referir que o valor do IVA depois retorna ao estado. Está assim demonstrada a mentira descarada e sem pudor, por quem tem o especial dever de falar a verdade aos Amarantinos. Além disso, é do seu perfeito conhecimento que a escultura foi desmontada e não reduzida a cacos como refere o responsável da Juventude Socialista ou como sugere com os termos – restos mortais -. Na reunião de Câmara ocorrida a 31 de janeiro foi dito, dois dias antes da famigerada publicação que foi o Presidente da Câmara quem deu indicação para retirarem a peça, porque a obra não correspondia ao que lhe foi apresentado. O PS também sabe que a obra está guardada e não está abandonada em lugar ermo. Além disso eu pergunto: quantas estradas ficaram por fazer e quantos apoios sociais é que não foram prestados por influência direta e necessária da aquisição desta escultura? Obviamente que nenhum, mas o PS lança a confusão apelando à imaginação de quem lê e num golpe teatral usa duas vezes nesta publicação a palavra *imaginemos*, mas eu digo; que falta de imaginação, que indignidade de postura”.

### **ERCÍLIA COSTA – PS**

No uso da palavra disse: “Vou ler aquilo que o senhor Presidente da Câmara terá dito na última reunião da Assembleia Municipal para sabermos o que realmente se passa em relação a esse valor, a esse montante, a essa falta de rigor. *“Relativamente à rotunda e à obra de arte ali colocada não lhe sei dizer em concreto o preço porque na altura contratualizamos três obras de arte”*. Três obras de arte e não cinco. *Duas para Vila Meã e mais esta. O preço total é relativo às três obras. Em concreto, não sei o preço para a obra.* Em concreto o senhor Presidente não sabia o preço, mas disse que o preço total era de cento e tal mil euros. Eu por acaso referi que o preço eram 162.000 euros mais IVA. Por isso Dra. Amélia, aquilo que foi colocado pelo PS é a realidade. Não vou chamar àquilo caco, porque fere o sentido de uma obra de arte, mas efetivamente a obra de arte não era aquele amontoado que estava visível nas fotografias. Eu vi e como vi comento. Se não tivesse visto não comentaria e aquilo que eu solicito e o PS solicita é que sendo uma obra de arte, o município tem de prestar contas, sabendo-se quando custou, onde está, em que estado está e qual o destino que lhe vai ser dado. Isto é o mínimo que nós exigimos saber”.

### **HELENA PORTELA – PSD**

No uso da palavra disse: “Eu creio que aquilo que percebi da intervenção da Dra. Ercília e o que fica no ar da sua intervenção é que aquela escultura teria sido destruída na sua desmontagem. A verdade é que aquilo não era uma peça só. Eu vi a montagem e eram várias peças que foram retiradas e deslocadas porque uma coisa é matéria-prima, outra é a montagem da obra. Isto acontece em arte como também acontece noutras situações. Não tenho mais nada a dizer”.

### **AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra disse: “Eu não pus em causa a intervenção da Dra. Ercília. Eu acho que foi no sítio certo que a Dra. Ercília colocou as questões. Aquilo que eu pus em causa, foi uma publicação do PS na página oficial, onde o PS fez essa publicação a mentir a dizer que uma escultura que está reduzida a cacos e custou 200.000 euros, porque efetivamente é isso que está escrito. Lamento que a Dra. Ercília sendo uma pessoa tão minuciosa com as atas da Assembleia Municipal não tenha dito no seu partido que o que escreveram no singular o deveria ser no plural porque se assim não for estamos a mentir descaradamente. O valor são 200.000 com IVA para 5 esculturas, três obras de arte. De qualquer das formas, a posição da Dra. Ercília está muito correta. Mal está o partido que representa”.

### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: “Independentemente do que estamos a falar, eu gostava de saber o seguinte: foi contratualizado naqueles termos ou não a escultura que foi colocada? Há uma obra que foi lá colocada e não o foi por acaso. Era o projeto inicial ou não era o projeto inicial? Se era o original, porque é que foi entretanto retirado? Onde é que está a obra de arte? É que nós não sabemos onde é que está a obra de arte. Sabemos que estava lá, mas hoje não está. Chamemos-lhe cacos ou não, eu vi uma fotografia e aí o PS fez bem em avisar os Amarantinos do que estava a ser feito e foi colocada num sítio, sem qualquer vedação, onde qualquer pessoa podia ir lá buscá-la e levá-la para casa. Portanto, o que eu gostava de saber é onde está a obra de arte que sabemos que custou 200.000 euros, porque é o que está contratualizado e porque é esse efetivamente o valor que a Câmara pagou. Não me importa neste momento saber quantas são as peças de arte. O que eu sei é que neste momento não existe peça nenhuma”.

### **TORCATO FERREIRA – PS**

No uso da palavra disse: “Gostaria de fazer duas observações. A primeira, e só me comprometo a mim, é para dizer que eu pessoalmente gostava da obra. Se calhar serei o único Amarantino que gostava da obra. Tenho pena que tivesse sido removida porque aquilo era uma forma de representação como outra qualquer e não feria assim tanto como a comunicação social fez passar. Aliás, com a Câmara aconteceu o mesmo que até acabou por a retirar. Neste momento já não estamos a falar da obra em si, mas da matéria prima com que foi construída a obra. Não estou preocupado se custou muito ou pouco, se está guarda aqui ou acolá. A mim, o que me preocupa é esta inconstância

na decisão política. O que que preocupa é que a Câmara vacila perante aquilo que é a opinião pública e funciona tipo cata-vento, que ora tira ora deixa. E vai andando ao sabor do que se diz nas redes sociais. Andamos aqui nesta inconstância que nos deve preocupar a todos. O senhor Presidente da Câmara disse-nos na última Assembleia Municipal que não foi aquilo que lhe foi apresentado. Então se não foi isto, o que é que foi? Apresente-nos a nós e aos Amarantinos o que é que foi apresentado. Foi uma guitarra já afinada em clave de sol? É preciso clarificar isto para que todos percebamos o que é que aconteceu. Tenho pena que a obra tivesse sido de lá retirada e também tenho pena desta inconstância e sentimento de vacilação perante aquilo que é a opinião pública. O que diria o Presidente da Câmara da altura, quando se construiu a galeria nos claustros do município. Na altura a população movimentou-se e chamavam àquilo o muro da vergonha. Hoje é uma das obras visitadas por arquitectos do mundo inteiro como exemplo de intervenção num espaço histórico com é aquele. Temos de decidir bem, assumir as decisões e não andar aqui a brincar com dinheiro público".

### **ANDRÉ MAGALHÃES – PSD**

No uso da palavra disse: "Quero começar por reforçar aquilo que já foi dito sobre este momento triste que infelizmente hoje vivemos na europa e no mundo pelas situações a que hoje assistimos na Ucrânia, com o conflito armado com a invasão e reforçar todo o nosso repúdio com os atos de terrorismo, totalmente injustificados e desde logo a solidariedade para com todos aqueles que são afetados com este penoso conflito e que nos deve mover a todos, de modo a que possamos de alguma forma contribuir para que aquele conflito seja solucionado e que a paz possa reinar.

Dito isto e falando agora do tema que tanta questão tem levantado, é importante termos um discurso tão claro quanto possível sobre o que estamos a debater, porque estamos a falar de bens públicos e da ação do Executivo camarário e por isso, é importante termos rigor naquilo que dizemos. Primeiro, acho ótimo que as questões sejam colocadas ao Executivo, até porque está cá o senhor Presidente da Câmara que certamente responderá a todas as questões que lhe foram levantadas. Nós não nos recusamos a isso, mas aquilo com que não podemos compactuar e de alguma forma também temos de denunciar é muitas vezes um tipo de discurso que induz ao erro e leva a um aproveitamento político que faz com que a verdade não seja colocada na praça pública e apenas se pretenda lançar a confusão e a dúvida. Apesar de aqui ser a casa máxima da democracia em termos locais a nossa ação política não se reduz a este meio. Tudo aquilo que nós dizemos e que publicamente é dado a conhecer pelos órgãos de comunicação social e pelos órgãos oficiais dos partidos, têm de ser avaliados e escrutinados e, por isso, não há mal nenhum em expormos a demagogia e a falta de verdade com que noutros órgãos e noutros meios, isso está a ser feito, e tem de ser feito no sítio certo, para que todos saibam.

Em oposição àquilo que o senhor deputado Torcato disse aqui, a verdade, independentemente da opinião também é de louvar que nos momentos em nós entendemos que algum resultado que nós almejávamos não foi cumprido, a capacidade de muitas vezes reconhecermos que não tivemos o resultado pretendido não está de acordo com o almejado, devemos ter a capacidade de recuar e adaptarmo-nos. Isso não é nenhum mal, antes pelo contrário. O Executivo fez isso e é de louvar essa atitu-

de. Já o fez na Assembleia passada ao dizer que não estava de acordo com as expectativas. Há uma percepção de que afinal o processo não correu bem e pelo resultado não era aquele o resultado esperado. Eu até acrescentaria algo mais. O processo também não correu bem, até pelos ajustes de alguma comunicação relativamente à obra. Mesmo antes da instalação ser feita já circulavam muitas dúvidas sobre o que iria ser feito naquele local o que provavelmente contribui para aumentar a confusão em torno disto. Tudo isto, até acaba de esconder alguns aspetos positivos no meio de todo este processo, nomeadamente o facto de o Executivo camarário ter uma decisão de privilegiar a promoção da cultura e da aposta em obras de arte para a valorização dos espaços públicos o que faz que este seja um aspeto positivo. O que faz com que tenhamos ainda um outro aspeto positivo é o facto da Câmara se associar à Cooperativa Árvore de forma inequívoca e inegável, uma das instituições de promoção cultural mais relevante em todo o país. O facto de nós conseguirmos fazer essa aproximação e termos conosco aquelas entidades de relevo na área da cultura e da arte a trabalhar em Amarante e para Amarante é virtuoso. No final, se o resultado não vai de encontro às expectativas nós temos de ter a capacidade de nos podermos adaptar. Houve neste processo muitas coisas que deveriam hoje em dia ser notas de aprendizagem, mas também de nossa orientação e de aspetos positivos, mas que infelizmente por alguma confusão, que entretanto se criou, isto acabou por ser perdido.

De seguida, gostaria de falar num tema que já foi amplamente discutido nesta Assembleia Municipal, mas que nos últimos tempos também pode ter encontrado alguns desenvolvimentos. Recentemente tivemos uma campanha eleitoral em termos legislativos, um dos temas que regionalmente foi debatido foi o destino a dar ao Hospital de Amarante. Muitas das visitas de campanha feitas ao centro hospitalar do Padre Américo, na conversa com a direção do centro hospitalar foi comunicado que era opinião da direção do hospital de alguma forma especializar o atual hospital de Amarante numa unidade para área de serviços de psiquiatria. A pergunta que nós fazemos é se em algum momento, e durante os últimos meses, o município de Amarante foi questionado ou chamado a pronunciar-se formalmente sobre uma eventual especialização nesta matéria? Sendo esta uma temática de suma importância para o concelho e para região a nossa recomendação é que, assim que o novo governo tome posse, o município possa solicitar ao novo Ministro da Saúde uma reunião com caráter urgente para podermos discutir qual o destino a dar ao hospital de Amarante.

O mesmo deve também ser solicitado ao Ministro que venha a titular a área, e que diz respeito à linha do Tâmega porque já há vários meses que o senhor Presidente da Câmara deu a conhecer e enviou missivas para o governo de então, a comunicar que o município de Amarante estaria na disposição de participar na reconstrução/reactivação da linha do Tâmega. Embora, seja nosso entendimento que esta é uma responsabilidade do estado, mas em busca de um bem maior para a região também entendemos que na ausência da intervenção do estado, a solução apresentada pelo município é uma solução que defende os interesses dos Amarantinos. A pergunta que eu faço vai no sentido de sabermos se houve alguma resposta a esta missiva e não havendo, assim como foi para o hospital a nossa recomendação é que mal o governo tome posse e haja um ministro responsável para a área das infraestruturas, seja solicitada uma reunião de urgência para poder ser discutida esta matéria”.

## **JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE - PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse: “Vou começar por responder ao senhor deputado Cândido Zoio, que falou na questão dos resíduos urbanos. Relativamente a esta matéria vamos ser claros. A Câmara, como sabem e isso foi apresentado no anterior mandato, fez um acordo com a ERSAR no sentido da convergência do défice que havia de cobertura e portanto, em termos do ajustamento do tarifário porque é uma imposição legal e os senhores sabem disso, sabem que a Câmara tem de ter sustentabilidade nos serviços, mas para que não onerássemos os munícipes pedimos que fossemos ajustando paulatinamente durante um período de cinco anos. Acontece que, no ano passado fruto da questão da pandemia, também sabem que pedimos à ERSAR para que não houvesse aumento, porque foi um ano em que as famílias passaram por dificuldades. Essa pretensão foi aceite, mas este ano, por força da imposição e daquilo que é o acordo, porque se não cumprimos o que está estipulado o estado deixa de fazer transferências. O município de Amarante foi avisado dessa situação e foi partilhado com os senhores Vereadores e dito também por mim nesta Assembleia. Espanta-me que agora venham com esta questão de que Amarante não pode fazer um ajustamento tarifário. Mas também me espanta que, se estão tão preocupados com a fatura final, porque é que não fazem um apelo ao governo para não incidir por exemplo na questão da TGR que está a aumentar de forma brutal. Se não têm consciência disto, deviam ter. Só para terem uma ideia, quero dizer-lhes que em 2015 nós pagávamos 5,5 euros de TGR por tonelada o que dava para a matéria que depositamos em aterro, cerca de 100.000 euros. Em 2020 pagávamos 11 euros por tonelada, o que dava cerca de 200.000 euros. Em 2021 pagávamos 22 euros por tonelada o que dá cerca de 400.000 euros. Em 2025 irão ser 35 euros por tonelada o que vai dar 636.000 euros. Se os senhores estão tão preocupados, deviam saber e sabem que este dinheiro não fica aqui porque vai para um fundo ambiental. Os senhores sabem que foi tomada uma decisão por todos os autarcas que fazem parte da Resinorte para que uma parte deste dinheiro sirva para ajudar, tanto a questão em alta, onde ainda há muita a coisa fazer na questão dos resíduos, nomeadamente na questão da sustentabilidade dos selectivos que compete à Resinorte. Os senhores deputado do PS sabem disso, mas tentam fazer crer que a Câmara é a culpada dos aumentos. Também sabem que este ano a Resinorte aumentou 23 % da tarifa que se reflete no preço da fatura dos Amarantinos. Nós estamos a falar num valor de cerca de 600.000 euros, sendo que, com o ajustamento que nós estamos a fazer, mesmo assim e com base naquilo que nós negociamos com a ERSAR, a Câmara Municipal de Amarante suporta ainda um prejuízo de 658.000 euros. Acho que não preciso de dizer mais nada e os senhores deputados em vez de criticarem da forma como criticaram, mas que eu politicamente irei responder na próxima reunião de Câmara, porque há coisas que eu não aceito até porque quando falam em doze municípios num comparativo em que está Amarante, Felgueiras, Baião, Lousada, Marco, Penafiel, Vila Real, Vizela, Paços de Ferreira, Póvoa e Porto. Destes todos, só há um município que tem um preço abaixo de Amarante que é o Marco de Canavezes, mas isto porque ainda não implementou o tarifário de acordo com a recomendação da ERSAR. Amarante são 43 euros, Baião 63 euros, Bragança 80 euros, Felgueiras 85 euros, Lousada 78 euros, Penafiel 62 euros, Vila Real 60 euros, Paços de

Ferreira 67 euros, Póvoa de Varzim 68 euros e Porto 75 euros. No Marco são 27 euros, porque ainda não implementou a recomendação da ERSAR, Amarante tem o valor mais baixo do território e mesmo ajustando fica equilibrado a par dos outros. Se somos criteriosos com as vírgulas, vamos também ser rigorosos com as palavras que proferimos. Já agora também quero dizer-vos que tenho um orgulho tremendo por vos poder comunicar que Amarante quando se trata de trabalhar em algo diferenciador, tem neste momento uma aprovação de uma candidatura de 641.000 euros, mas vamos investir muito mais, para podermos tratar e recolher os resíduos verdes e este mês já depositamos mais 100 toneladas onde em cada freguesia vai ser colocado um contentor para a questão dos verdes e vamos ainda ter um outro contentor para os restos de obras, que ainda hoje muita gente manda monte abaixo. Esses contentores vão ser colocados num espaço fechado sob gestão das freguesias. Este é mais um ato de melhoria. Temos uma outra candidatura, que tem a ver com a recolha dos resíduos orgânicos dos restaurantes, das escolas, com as IPSS e com a Misericórdia. Este é um projeto pioneiro. Em vez de criticarem, se calhar ficava-lhes bem um voto de louvor relativamente à ação da Câmara, porque se compararmos com o passado, eu não me envergonho nada. Antes pelo contrário. Fiz e estou a fazer aquilo que durante décadas não conseguiram fazer.

Relativamente à questão do mercado municipal quero dizer-vos que já começou de há décadas uma prática que eu não mudei em que no fim do mercado e da feira, os serviços da Câmara vão limpar. Acontece que agora, com a feira no Ribeirinho, eles começam a desmontar muito tarde, por volta das 16 horas e só a partir dessa hora é que começa a limpeza. Eu não alterei o procedimento relativamente ao passado.

Quanto à linha do Tâmega, entendo que devia agora haver um esforço por parte de todos porque isto é uma questão política de todos e não uma questão particular ou partidária. O PRR devia lá ter incluído os trinta e cinco milhões de euros que são precisos para reabilitar a linha do Tâmega, sendo que, se for necessário a Câmara poderá pagar a contrapartida nacional ao diferencial que falta para esta obra. Independentemente de isso, podíamos e devíamos todos impugnar para que a linha do Tâmega possa ser de novo um espaço dedicado à linha férrea.

Quanto ao hospital e logo que o novo governo tome posse, de uma vez por todas temos de concertar uma posição para que o hospital de Amarante ganhe uma nova vida. Não pode nem deve ser apenas um hospital de psiquiatria, embora possa também ter essa valência, mas devendo ter valências necessárias ao nosso território. É uma matéria que devia estar a ser discutida aqui porque ao fazê-lo estamos a discutir temas políticos diferenciadores para Amarante que poderão prejudicar cabalmente Amarante ou então alavancar Amarante. Isso sim é que devia ser discutido aqui neste fórum.

Quanto à escultura quero dizer-vos que eu não ando a reboque de ninguém, nem tenho problema com o que dizem nas redes sociais até porque já está provado que só dizem disparates. Eu fui o primeiro que quando vi a obra, a ver que não foi aquilo que tínhamos solicitado, não era uma viola afinada ou por afinar. Era uma escultura que tinha um equilíbrio que eu pessoalmente gostava e quando vi o desequilíbrio dela, embora haja muita gente que gosta, mas por uma questão de princípio quando contrato uma obra ela tem de ser aquilo que foi contratado. Quando isso não acontece, não quero. Falei com o escultor e mandei corrigir se for possível. Se não for possível passa-

rei a uma fase seguinte que é a de tratar de aspetos burocráticos. O escultor garantiu-me que dá para corrigir, mas de toda a maneira deixem-me dizer que não irá para aquele local mas sim para um outro a definir. Se me vierem dizer que puseram à beira da estrada, eu nem vou entrar por aí. Numa primeira fase, a obra foi para os armazéns e da segunda vez não percebi porque é que ficou ali porque não foi o senhor Presidente da Câmara que mandou colocar aquilo à beira da estrada. Agora está no armazém que é para onde devia ter ido. Isso é outra história que deverá ser tratada noutra área. Se querem fazer uma novela disso, continuem com a novela porque eu já dei por encerrado esse capítulo. Já agora, são três rotundas e cinco obras de arte. Há uma das rotundas que leva três obras de arte porque são três escultores diferentes que executaram obras de homenagem a Agustina Bessa Luís, Acácio Lino e Amadeo. Essa rotunda está situada à entrada de Vila Meã.

Quanto à sinalética não tenho resposta imediata, mas vou junto dos serviços ver o que se passa”.

Seguidamente, o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO**, usou de novo a palavra para dizer que “ao abrigo do artigo 28º do regimento, para solicitar à mesa um pedido de esclarecimento no sentido de que o senhor Presidente da Assembleia intercedesse junto da Câmara Municipal, no sentido de fazer chegar a todos os deputados a questão da ERSAR e do parecer que esta enviou à Câmara Municipal, bem como toda a documentação referente a esse ponto 14”.

Perante esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia solicitou-lhe que passasse a escrito o que acabou de pedir, para que ele o pudesse fazer chegar à Câmara.

Os trabalhos continuaram, sendo o período que se seguia destinado às intervenções do público. Como ninguém do público se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA, dando-se assim início aos assuntos da Ordem de Trabalhos.

#### **PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA - PS**

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Começo por agradecer a informação solicitada na reunião anterior, sobre os empréstimos bancários, agora vertidos neste documento.

Em contraponto, não encontramos neste relatório nenhuma iniciativa capaz de resolver algumas das situações/problemas, que temos vindo a elencar nos últimos anos, no que concerne: - a reparações, manutenções e pequenas obras, tão necessárias não só na cidade de Amarante como um pouco por todo o concelho.

Há poucos dias fiz pela primeira vez o percurso pedestre do denominado “Trilho das Azenhas”, localizado na margem direita do Tâmega entre Amarante e Vila Caiz. Considero que esta obra é bonita e útil à população. No entanto, verifiquei também que este equipamento não tem acesso disponível e viável para as populações de Vila Caiz e freguesias vizinhas.

Pergunto ao senhor Presidente da Câmara;



- Se está previsto a criação/construção de um acesso que aproxime as referidas populações a este equipamento de lazer?

A terminar gostava de dizer que fiquei um pouco confuso, depois de ouvir a intervenção do senhor deputado André Magalhães, sobre a Linha do Tâmega, porque da última vez que a coligação “Afirmar Amarante PSD/CDS-PP” referiu-se ao assunto neste órgão, foi para expor a ideia de transformar o espaço canal da Linha do Tâmega num corredor verde e turístico. Eu sempre defendi a reabertura da Linha Férrea do Tâmega, e na altura achei que era uma asneira política mudar de agulha, quando já se falava num forte investimento na ferrovia em Portugal. Constato hoje, que a coligação “Afirmar Amarante” volta a posição inicial que defendia quando começou a exercer funções executivas na Câmara Municipal de Amarante no ano 2013”.

### **TORCATO FERREIRA – PS**

No uso da palavra disse: “Há três ou quatro assuntos no relatório que eu gostaria de ver esclarecidos por parte da Câmara Municipal. O primeiro tem a ver com um assunto que foi veiculado na comunicação social esta semana, relacionado com a remoção de umas placas de fibrocimento na EB2/3 de Amarante. Foi um assunto que suscitou preocupação junto da comunidade escolar. Em novembro de 2021 a Câmara adjudicou as placas de fibrocimento nos pavilhões da EB 2/3de Amarante, agora chamado agrupamento Teixeira de Pascoaes, mas o que é certo é que um trabalho que pela perigosidade que tem, tendo em conta a libertação de partículas de amianto deveria ter sido executado durante as pausas dos períodos escolares. Ora, o que aconteceu foi que esses períodos começaram em pleno período letivo, no dia 16 de fevereiro, sem que os pais, sem que os alunos, sem que os professores e sem que os funcionários fossem alertados de que os trabalhos iriam decorrer naqueles termos. Aliás é isto que é dito na reportagem que passou na televisão, onde também é dito que a própria diretora contactada para o efeito terá dito que essa é uma responsabilidade do município, e é, e que o município terá emitido um comunicado a dizer que não havia problema algum porque foi contratada uma empresa certificada e por isso todos os perigos inerentes aos trabalhos estariam debelados. A questão que eu ponho nesta matéria tem a ver com o seguinte: porque é que estes trabalhos não foram efectuados em período de pausa letiva como é a prática em todo o território nacional? Está o senhor Presidente da Câmara em condições de assegurar a esta Assembleia Municipal e à população Amarantina que os trabalhos tiveram ausência de risco absoluto para quem circulava nas imediações, nomeadamente professores, alunos e funcionários? Qual a razão para que a comunidade escolar, pais, alunos e funcionários e professores não tivessem sido alertados para esta circunstância? Está em condições de assegurar que não houve risco absolutamente nenhum para que esses trabalhos tivessem sido feitos em período de plena atividade letiva?

Com a conclusão eminente dos trabalhos de requalificação do cine-teatro de Amarante, queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se é verdade que a exploração daquele espaço vai ser concessionada a privados? Já há alguma decisão acerca dessa matéria e se a há, está feita em que moldes? Já existem alguns parceiros definidos?

Em que moldes e que pareceria existe entre a Câmara e a ADA para a utilização do pavilhão da escola EB2/3 de Telões? Não quero com isto pôr em causa a utilização do pavilhão, mas gostava de saber que protocolo existe para que isso esteja a acontecer.

Gostava também de saber em que moldes é que foi feita a concessão/exploração do Parque de Campismo? O que está contratualizado com a empresa/entidade está em que moldes e qual o grau de execução dos investimentos que foram contratualizados? Pergunto também se as rendas de exploração do Parque de Campismo estão em dia?

No relatório e no capítulo do InvestAmarante, no programa Via Verde ao investimento lê-se que em junho de 2021 havia 116 intenções de investimento. Em dezembro 108 intenções de investimento e agora em fevereiro 103 intenções de investimento. Estamos a falar em 330 intenções de investimento nos últimos meses. Neste caso em concreto pergunto: de que tipo de investimentos estamos a falar? Qual o grau de maturação? Quais as áreas de negócio? Quais as zonas e áreas geográficas onde esses investimentos irão ser feitos? Quantos destes investimentos se concretizaram de facto?

A minha última questão prende-se com a questão do Museu Amadeo Souza Cardoso. O nosso museu é porventura um dos espaços de arte contemporânea mais importantes do país, com 80 anos de história, está desde agosto a esta parte com cerca de 70% do seu espólio permanente encaixotado. Penso que neste momento só existe a galeria do Amadeo e uma parte muito pequena da galeria do António Carneiro. O que é que se passa para que durante tanto tempo o Museu e a exposição permanente não estejam à disposição dos visitantes? Seis meses já me parece demasiado tempo.

Qual é a política que está a ser seguida para a aquisição de acervo bibliográfico para a biblioteca municipal? Pelo que me é dado a conhecer, já há vários anos que o acervo não é atualizado. Uma biblioteca é um espaço vivo e para que isso aconteça, o acervo deve ser constantemente atualizado”.

### **ANTÓNIO BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES**

No uso da palavra disse: “Encontrei neste relatório muitos aspetos positivos, que ainda não foram ressaltados por ninguém, mas que eu tenho de ressaltar porque estão lá e são verdadeiros. Há um vasto rol de obras que vão favorecer a comunidade amarantina. Não tenho tempo para falar em todas, mas há duas iniciativas que eu não posso deixar passar em claro porque me dizem diretamente respeito. O investimento nas freguesias promove a coesão territorial e o investimento não se pode limitar só à cidade. Quero aqui referir a excelente recuperação da estrada municipal 772 que liga a parte mais baixa de Ansiães ao lugar da Póvoa, com três quilómetros de extensão que ficou maravilhosa e que permite agora, uma deslocação mais célere e em segurança, que eu agradeço em nome dos fregueses de Ansiães.

Quero também agradecer a submissão da candidatura do de Fonte Fria/Varjelas que em devido tempo não foi possível executar, mas que agora nos vai dar a esperança de o ver construído sendo que ajudará a potenciar a agricultura da freguesia.

Por fim, o relatório fala-nos numa comissão que foi criada e que tem como missão o reordenamento e a gestão da paisagem da serra do Marão e outras serras. Pode o senhor Presidente da Câmara adiantar-me alguma coisa relativamente a esta comissão e qual o programa de reordenamento da gestão da paisagem da serra do Marão?”

### **ESTEFÂNIO PINTO - PSD**

No uso da palavra disse: "O senhor deputado Torcato Ferreira veio aqui no período de antes da ordem do dia fazer uma intervenção sobre a rotunda, criticando o senhor Presidente da Câmara, porque alegadamente estava a governar e a tomar decisões pelas redes sociais. Depois veio fazer uma outra intervenção a propósito da retirada do fibrocimento na escola EB2/3 com base numa notícia na comunicação social. A retirada de fibrocimento, como todos sabem é dos processos mais auditados em termos de execução de obra. É das obras com mais fiscalização e com mais procedimentos e por isso, acho que não caberia na cabeça de ninguém que o trabalho não tivesse sido feito segundo as regras e que em algum momento tenha sido posta em causa a segurança das pessoas que frequentam a escola. Colocar aqui essas questões não faz qualquer sentido, mas se calhar sou eu que tendo formação na área, esta questão não faz sentido, mas pode fazer a outras pessoas e por isso não me custa nada ajudar a esclarecer. Estes processos são muito auditados, porque são processos específicos e se calhar são os únicos em que os planos de segurança e saúde são previamente aprovados pelo ACT. Este tipo de obras tem antes e depois, acompanhamento com análises constantes à eventual libertação de partículas. Tem ainda procedimentos específicos para o caso de existir libertação de partículas que possam pôr em causa a saúde das pessoas. Não tenho problemas em dizer que conhecendo como conheço a forma como estes processos são tratados, posso garantir que nunca estive em causa a segurança das pessoas".

### **TORCATO FERREIRA – PS**

No uso da palavra disse: "Não se deve confundir aquilo que é a opinião pública que é veiculada na comunicação social, daquela que é veiculada nas redes sociais, que não foram negadas, daquilo que foi notícia num órgão de comunicação social nacional, que de alguma forma o senhor deputado Estefânio Pinto também não veio negar nada daquilo que eu anteriormente disse. As obras começaram no dia 16 ou não começaram no dia 16? Começaram ou não começaram em período letivo? Foi isso que eu vim cá perguntar. Não vim cá dizer se a notícia é verdadeira ou falsa. As obras começaram em período letivo e fiz aqui uma pergunta que é se estão em condições de dizer a todos se esta remoção do fibrocimento foi feita com todas as condições de segurança, ao que o senhor deputado nos garantiu que sim. Se assim foi, fico esclarecido".

### **ESTEFÂNIO PINTO – PSD**

No uso da palavra disse: "O senhor deputado Torcato Ferreira, veio aqui dizer que ouviu numa notícia alguém que foi entrevistado a dizer que não estariam garantidas as condições de segurança. A notícia é o que é, e não vamos aqui agora falar na verdade das notícias. Há duas pessoas que dizem que estava em causa a segurança e que a obra não foi comunicada. Como deputados, temos a obrigação de estarmos informados e no meu caso até tenho alguma competência profissional na matéria e o que eu aqui disse foi que enquanto técnico não me custava nada a ajudar a esclarecer independen-

temente dos esclarecimentos que o senhor Presidente possa dar. Apenas dei uma explicação técnica sobre o modo como as coisas acontecem”.

No decorrer da intervenção do orador anterior, o senhor deputado Cândido Zoio, fez do lugar, uma interpelação à Mesa para dizer que o senhor deputado Estefânio não pode vir à tribuna usar da palavra para esclarecer aquilo que compete ao senhor Presidente da Câmara esclarecer. O senhor Presidente da Mesa disse-lhe que não entrasse em diálogo e que se quisesse podia usar da palavra.

### **ANDRÉ MAGALHÃES – PSD**

No uso da palavra disse: “Começo por referir-me à intervenção do senhor deputado José Joaquim, no que diz respeito à linha do Tâmega. Entendo que não há aqui qualquer confusão e vou ser claro naquilo que tem sido e qual é a posição da coligação desde sempre. Logo, numa primeira instância e já em 2013 o senhor Presidente foi claro quando afirmou que iria lutar pela reactivação da linha do Tâmega. Esta pretensão tem sido sempre negada pelos organismos competentes nesta matéria. Perante essa ausência de resposta, ou mesmo pela resposta negativa por parte do estado, o que o senhor afirmou durante o período que se seguiu foi a vontade do município em encontrar uma solução alternativa até que a reactivação da linha pudesse ser uma realidade. Sempre foi este o discurso e nomeadamente encontrar os modos suaves e tentar encontrar uma solução intermodal de ligação com a linha do Douro que permitisse também uma posição mais ecológica até que houvesse uma solução definitiva. Desde que houve o debate em torno da aposta na linha ferroviária, nomeadamente na discussão do plano de ser a linha do Sousa ou a reactivação da linha do Tâmega, sobre o qual também já fomos claros sobre qual é a pretensão e a nossa defesa de forma inequívoca que é a reactivação da linha do Tâmega, não só pelos argumentos que mencionou, porque também é mais barato, mais rápido e mais fácil. Podíamos também falar na ligação a Vila Meã. Desde então, com a possibilidade de se poder executar, o que o senhor Presidente disse e deixou claro nos últimos meses foi que perante essa possibilidade e também se o governo se demitisse dessa possibilidade de suportar a contrapartida nacional, o município em vez de avançar com o investimento na solução alternativa, podia salvaguardar já de imediato com a solução infra-estrutural que sempre defendemos desde o início. Na ausência de uma resposta e de uma solução definitiva que devia ser da responsabilidade do estado, nós continuamos à procura e a defender uma outra solução da qual o município acaba por assumir uma responsabilidade que não é sua, mas tendo em conta a defesa do interesse para o território o município possa assumir essa responsabilidade, como já aconteceu noutros momentos.

O senhor deputado Torcato Ferreira falou numa questão relacionada com os relatórios. Eu também tenho conhecimento de causa e há aqui uma dúvida que não deve ficar no ar. No que diz respeito àquilo que são os indicadores nas áreas de monitorização da captação de investimento, há uma leitura errónea ao pensar-se que em três relatórios diferentes existe a monitorização e indicação de quais são os investimentos que estão a ser acompanhados por via da estrutura camarária. Eu agora não sei os números, mas naturalmente não estamos a falar de intenções de investimento que naquela altura tinham começado e que, entretanto, terminaram e que depois há sempre novas ou são renovadas. Naturalmente que não porque todos sabemos que muitos

desses processos demoram meses, se não mesmo anos. Estamos a falar num acompanhamento e muitos deles transitam do passado. Não existem muitas estruturas de acompanhamento ao investimento ao nível municipal. Existem algumas e podemos falar da InvestBraga, da InvestPorto e poucas mais neste território. Seria um bom desafio para todos nós consultar os relatórios que eram disponibilizados por essas estruturas par fins de avaliação na Assembleia Municipal, onde por exemplo, muitas vezes os relatórios são única e exclusivamente usados os grandes indicadores macroeconómicos que o território registou num determinado período, nomeadamente a criação de empresas no território municipal, quantas fecharam, qual foi o aumento das exportações etc. Aquilo que foi a prática do município foi trazer indicadores de produtividade, isto é saber o que é a equipa camarária a acompanhar e a fazer face a alguma confusão gerada pelo excesso de informação no passado, a ideia foi sempre simplificar sendo que esta já foi uma discussão que tivemos no passado nomeadamente no decorrer do mandato anterior”.

#### **JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS**

No uso da palavra disse: “No uso da palavra disse: “Eu fico contente que estejamos todos de acordo sobre esta matéria O problema é que se fizermos a linha do tempo ela não traduz exatamente o mesmo que o senhor deputado veio aqui dizer. Eu nem falei na questão da coligação política “Afirmar Amarante”, eu falo sempre no executivo. Há sempre dois momentos na vida política o dos partidos ou coligações e a dos executivos e é no segundo momento que podemos aferir as matérias com muito mais certeza. De facto o executivo camarário no primeiro mandato teve força e veio para o terreno defender a abertura da linha do Tâmega, mais tarde mudou de agulha, quando apresentou uma proposta de transformar a linha do Tâmega em modos suaves ou corredor verde, precisamente quando se começou a esboçar o plano de investimentos da linha férrea em Portugal. Achei estranho o projeto apresentado para o espaço canal, e nessa altura e nesta assembleia defendi que o momento político para esta mudança não era a melhor. Quanto ao de mais estou de acordo com os indicadores que o senhor deputado trouxe aqui. E temos de reconhecer que estamos inseridos numa região com os mais baixos índices desenvolvimento da União Europeia, muito próximos com uma qualquer região da Albânia. Na linha férrea a mesma coisa não difere muito da situação albanesa, devíamos indiscutivelmente defender para um território de baixa densidade populacional a abertura da linha do Tâmega, abrindo uma oportunidade de desenvolvimento para região. Esta é a minha ideia e por isso gostava mais uma vez de a sublinhar.”

#### **JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA ARAÚJO – PS**

No uso da palavra disse: “Relativamente à questão que o senhor deputado Estefânio aqui colocou, também dizer que sou especialista na matéria e que na minha escola o amianto também foi retirado em período letivo. O que a lei diz, é que o amianto deve ser retirado nas interrupções escolares e se isso não for possível deve ser retirado depois das aulas ou ao fim de semana. Na minha escola aconteceu durante as aulas, mas foi colocada uma faixa colocada à volta dos edifícios e os alunos e professores

não podiam ir para lá. Eu questiono se isso aconteceu em Amarante. Se aconteceu, foi feito de acordo com a legislação e por isso não há motivo para alarmismo. Mesmo assim, o ideal é que fosse feito no fim das aulas e ao fim de semana, porque é isso que diz a lei”.

### **JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

Neste período de esclarecimentos e respostas às questões anteriormente colocadas o senhor Presidente disse: “Quero dizer ao senhor deputado José Joaquim, que relativamente ao problema que apontou ali na zona das azenhas, existe um problema com a elevatória, mas que muito rapidamente será resolvido, dados os problemas ambientais que acarreta. As chamadas de atenção que tem vindo a fazer, uma das quais se referia ao parque de estacionamento em frente ao terminal, quero informá-lo que neste momento já foi colocada a iluminação. Estamos atentos e sensíveis a todas as recomendações que qualquer pessoa possa fazer.

Relativamente à linha do Tâmega, vamos ser claros. Todos somos a favor da linha do Tâmega e eu também o sou desde a primeira hora. Pena foi terem-na encerrado. Vamos fazer pressão para a reabrir sendo que essa pressão tem de ser feita por todos. Houve uma altura que havia alguma indefinição, mas neste momento há já uma posição clarificada no aspeto político e por isso vamos fazer força. Até lá continuo a desenvolver o projeto para que possa ser dedicado a transporte que não é de comboio, mas quando for de comboio tanto melhor. Isso não será incompatível com a linha do Sousa, porque a linha do Sousa é uma coisa e a linha do Tâmega é outra sendo que esta tem um investimento residual e por essa razão até digo que o município não se importa de ir a “jogo” e sermos nós a fazê-la porque teríamos capacidade para tal. Que fique claro que a nossa ideia é continuar a lutar pela linha do Tâmega, mas concerteza que se toda a gente ajudar será mais fácil.

Relativamente à questão do lítio, não entendi muito bem a pergunta, porque foi tomada por este executivo uma posição contra deliberada numa reunião de Câmara.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Torcato Ferreira sobre a remoção das placas de fibrocimento, o trabalho foi executado de acordo com a lei, e também a capacidade da empresa e conjugado com aquilo que são as necessidades e por isso, a retirada das placas foi executada tendo sempre em conta as pausas escolares, havendo dois pequenos pavilhões que não estão a ser usados para que se possa fazer a intervenção em segurança. Houve um pequeno incidente no início dos trabalhos em que os funcionários quando estavam a mudar de roupa não fecharam uma pequena zona de passagem e nessa altura duas ou três crianças passaram e então gerou-se logo ali um alarido. A segurança foi logo repostada, embora a Câmara nada tenha a ver com isso. Tentou-se com este pequeno incidente extrapolar o caso. Não aconteceu rigorosamente nada. Há uma lei muito apertada, e bem, para a remoção do amianto que obviamente a empresa está a cumprir. Os 108.000 euros que estão a ser investidos nesta fase nada tem a ver com qualquer protocolo com a Ministério da Educação, mas é da responsabilidade só da Câmara, porque não havia verbas para poder completar e o município de Amarante sobrepôs-se ao Ministério porque não queremos que haja amianto em nenhuma escola e como tinha a possibilidade de reafetar verbas em obras que tínhamos executado dos programas comunitários, utilizamos estas verbas para



mudar o amianto. Mais uma vez o município sobrepôs-se à obrigação do Ministério. Que fique registado em ata que esta não obra não foi executada com qualquer protocolo com o Ministério. Houve sim uma verba que a antecedeu, no valor de 500.000 euros, que não deu para o pavilhão nem para estas obras que estão agora a ser intervencionadas. Como a verba não chegou, ainda suportamos uma boa parte dos custos. Fizem-se as comunicações que se deviam fazer e obviamente que relativamente à escola foi comunicado à escola e a direção da escola é que tem a obrigação de comunicar aos professores. Mau seria se tivesse de ser o Presidente da Câmara a falar com os professores. Quando há uma direção de uma escola em que nós comunicamos com a direção da escola, é a direção passa a informação pelos canais normais dentro da escola. Se não o faz devia fazer. É assim que as coisas devem ser e se não é assim, alguma coisa está mal.

Relativamente ao Cine-teatro de Amarante, quem deve dirigir toda a programação daquele edifício tem de ser o município. Aquilo é uma casa de todos e não podemos estar reféns da vontade de terceiros. Obviamente que a programação cultural vai ser feita pelo município de Amarante, pelo menos enquanto eu cá estiver. Depois, quem vier a seguir, decidirá. Se me diz se vamos concessionar o bar, talvez, mas isso é diferente.

Quanto ao Parque de Campismo foi-me pedido para fazer uma visita ao espaço para ver as obras que foram encetadas lá. Ainda não tive oportunidade de agenda porque também tive um período confinado na altura em que estive para ir lá. Mesmo assim, presumo que o investimento esteja a ser feito de acordo com aquilo que foi protocolado. Se há algum pagamento em dívida, não lhe sei dizer. Poderei ver e depois, noutra altura digo-lhe.

Relativamente ao InvestAmarante é um projeto em que eu tenho um orgulho tremendo por aquilo que foi feito em Amarante. Foi diferenciador e está obviamente a levar a outros investimentos e a projetos que no futuro vão ser transformadores para Amarante. Estamos agora a trabalhar numa dimensão diferente em termos de captação de empresas de setor tecnológico e a pensar trabalhar o setor tecnológico numa dimensão superior. Isto tudo porque temos um grupo de técnicos capacitados com vontade política de trabalhar esta matéria dando a conhecer a todos, no país e fora do país, que Amarante tem capacidade para ser um território atrativo para se poder investir. Por isso é que temos programas diferenciadores. Nestes quatro meses temos estado a pedir a empresas do ramo tecnológico que venham para Amarante para que se apercebam que podem trabalhar em Amarante neste setor. As pessoas vão perceber que não precisam de estar em Lisboa ou no Porto para terem condições para trabalhar. Nós, aqui em Amarante temos as condições ideais e a qualidade de vida necessária para que se instalem. Para isso também é preciso que conheçam as condições. Para isso, temos durante quatro meses um programa que permite às empresas do ramo tecnológico que pretendam vir para cá poder fazê-lo. Nesse período experimental vamos colaborar para que tenham as condições necessárias de modo a decidirem ficar ou não por cá. Se decidirem ficar e contratarem gente da região ainda colaboraremos com aquilo a que nos propusermos ainda mais quatro meses. Depois deste período os investidores poderão fixar aqui parte da empresa ou porque não a empresa toda. Isto são técnicas que permitem dar a conhecer Amarante. Amarante pode, deve e vai ter cá



empresas. Se captarmos uma empresa já temos ganhos com isso. Se conseguirmos duas ainda melhor.

Quanto ao Museu e à Biblioteca há uma nova orientação naquilo que tem a ver com a questão cultural. Criamos um departamento porque queremos uma nova filosofia para podermos chegar a um patamar acima daquele em que estávamos. Há equipamentos que cumpriram a sua função durante décadas como por exemplo a biblioteca, mas é agora altura de começarmos a pensar numa biblioteca diferente. Não podemos continuar a dizer que basta pintar uma parede e acabou. Vamos trabalhar num projeto diferenciador neste setor, que está a ser trabalhado e sinalizado por quem de direito para podermos dar-lhe uma nova vocação, porque as bibliotecas da atualidade já são diferentes e nós, obviamente temos de acompanhar os tempos. Do museu, a seu tempo, irão ter a informação necessária. Está a ser trabalhado por quem de direito para que realmente possa ser ainda maior e melhor do que aquilo que já é. Gostava, antes de me ir embora de fazer obras de ampliação do museu. Não sei se irei conseguir ou não, mas pelo menos o projeto fica feito, porque é uma obra importante. Estamos a desenvolver um outro projeto para a questão das reservas do museu, com a construção de um novo edifício só para as reservas. É uma área que está a ser trabalhada por quem sabe com o reforço da equipa técnica para que ela possa corresponder para nós possamos a ter muito orgulho no nosso museu.

Quanto ao pavilhão todos sabem que esteve em uso, todo ele por causa da vacinação. O pavilhão segundo a Federação Portuguesa de Vólei não cumpre a altura e por essa razão a Câmara decidiu que a ADA pudesse usar o outro ao abrigo do mesmo protocolo que permite usar os equipamentos existentes no município e como pavilhão da escola cumpre a altura regulamentar e, porque também é municipal, está a ser usado em jogos e treinos de vólei. Espero que outras associações o venham também a utilizar.

Agradeço as palavras do senhor Presidente da Junta de Ansiães. Na política não temos de criticar sempre porque na política também há coisas boas que se fazem. Agradeço-lhe a crítica positiva que fez às obras que foram executadas no seu território”.

#### **ERCÍLA COSTA – PS**

No uso da palavra disse: “O senhor Presidente acaba de referir uma questão importante e que considero pertinente que é a biblioteca. De facto, o espaço já não é adequado à modernidade e àquilo que hoje se exige de uma biblioteca. No entanto, não sei para quando a nova biblioteca e por isso gostava de saber se a atual biblioteca, que nos envergonha, que devia ser um espaço atrativo e procurado pelos nossos jovens e não só está no estado em que está e por isso era bom sabermos por quantos anos ainda se vai manter? Falou numa pintura que certamente não trará uma despesa elevada ao município. Passo lá todos os dias e fico chocada e quem é da educação mais fica e não é pelo edifício em si, mas sim pelo que ele representa na cultura, como é que ainda está naquele estado”.

#### **JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse: “Com certeza que não fico satisfeito com o estado do edifício da biblioteca. Quanto tempo não lhe sei dizer. Só lhe sei dizer o que estou a fa-

zer. Eu, conjuntamente com a diretora de departamento já tivemos uma reunião com a CCDRN porque há vários equipamentos que temos de perceber qual o enquadramento que eles devem ter relativamente ao PRR e ao Portugal 2030, em que foi sinalizado tudo aquilo que no centro da cidade ainda precisa de ser reabilitado. Fizemos uma visita guiada a todos estes equipamentos que precisam de ser reabilitados nomeadamente não só a biblioteca mas também todo o espaço envolvente. Como sabe, estamos agora na fase de execução do elevador e vamos arranjar todo aquele espaço frontal à biblioteca e a Santa Clara. Estamos a tentar perceber como é que vamos fazer a integração da ruína da capela com a biblioteca e com todo aquele espaço envolvente. Percebo aquilo que diz, subscrevo aquilo que diz e não me custa nada aceitar as suas críticas. Também sinto aquilo que sente e por isso vamos fazendo melhorias, embora reconheço que podíamos fazer mais. Recentemente gastamos cerca de 160.000 euros só para climatização, porque havia pessoas que iam para lá de manta. Isso incomodava-me e daí termos apostado na climatização. Criamos uma nova ala para pequenas exposições. Gostava por começar a fazer um projeto e depois de o ter pronto ia fazendo de acordo com uma orientação porque aquilo que fizesse seria definitivo. Espero que não demore muito tempo e que neste quadro comunitário nós possamos financiar esta obra. Ainda neste mandato gostava de lançar a empreitada. Gostava de a inaugurar, mas se a conseguisse lançar, já ficava muito satisfeito. Digo lançar porque tudo isto tem a ver com questões de património e não tem diretamente ver com a vontade do município querer lançar a obra. Estamos dependentes de muitos pareceres externos que demoram uma eternidade. Um dos problemas tem a ver com o telhado em que eu quero claramente fazer um telhado à moda antiga em que os pingantes saiam para fora da parede, porque se assim não for a parede absorve toda a humidade, mas esbarramos com muitos pareceres que demoram imenso tempo a conseguir. Até ter o projeto aprovado na totalidade para o poder lançar ainda vai demorar algum tempo. Julgo que neste mandato teremos boas notícias, até porque sabemos que há verbas consideráveis, muito acima daquilo que é o normal. Estamos a falar de seis mil milhões de euros por ano e eu acho que uma parte pode vir para Amarante para podermos fazer estas obras”.

## **PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 2021 E DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, POR INCORPORAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DE 2021**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse que relativamente ao sentido de voto da sua bancada é a abstenção seguindo aquilo que foi a discussão do orçamento e isto trata de um procedimento administrativo de incorporação de saldo e como não houve grande alteração à política e à estratégia deste orçamento vamos manter o voto da abstenção.

### **CARLOS MIRANDA – PSD**

No uso da palavra disse: " Verificamos que da execução orçamental resultou um saldo de gerência de 6.668.939,73 euros, o que é extremamente positivo e demonstrativo da boa situação financeira da Câmara.

Aliás, convém salientar que este valor é atingido num contexto em que pelo segundo ano consecutivo conseguimos terminar o ano sem dívidas a fornecedores.

Relativamente à incorporação do saldo de gerência, cumpre salientar que é um procedimento adequado e legalmente previsto, sendo necessário utilizar o mesmo para fazer face aos compromissos do município.

Em face do exposto, obviamente que o sentido de voto da bancada do PPD/PSD será votar favoravelmente a proposta.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **27 VOTOS A FAVOR, 19 ABSTENÇÕES E ZERO VOTOS CONTRA.**

Foi ainda aprovado em minuta, também por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

### **PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS FREGUESIAS**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

#### **CÂNDIDO ZOIO - PS**

No uso da palavra disse: "O PS vem aqui manifestar o nosso agrado perante esta proposta. Temos andado a pedir ao longo de vários anos e desde que este executivo tomou posse, no sentido de cada vez mais podermos dar mais competências às Juntas de Freguesia porque eles fazem muito melhor, mais barato e servem melhor o interesse da população que representam. Portanto, vemos com bons olhos este procedimento e esta deliberação que foi tomada em reunião de Câmara. O senhor Presidente da Câmara arrepiou caminho, juntou-se àquilo que eram as intenções do PS em dignificar esses órgãos locais, as Juntas de Freguesia, e vemos isso com bons olhos. Esperamos que este caminho não fique por aqui e sejam reforçados cada vez mais os montantes atribuídos às Juntas de Freguesia e dessa forma garantirmos a verdadeira coesão social, porque a verdadeira coesão social faz-se com os agentes que estão no território. Sendo assim, o PS só poderia votar favoravelmente esta proposta".

#### **ANDRÉ MAGALHÃES – PSD**

No uso da palavra disse: "Sobre esta matéria também quero dizer que a bancada do PSD também vota a favor esta proposta. Ao contrário daquilo que poderá ter sido dado a entender gostaria de realçar aquilo que ao longo dos últimos oito anos tem sido o trabalho de proximidade de modo a termos uma política cada vez mais próxima do município, respeitando aquelas que são as intenções e estratégias definidas pelos vários eleitos locais e que ao longo dos últimos anos é algo que nos orgulha. A proposta que hoje aqui trazemos é fruto de toda uma experiência e de um trabalho que foi desenvolvido e entendeu-se que a esta data esta seria a melhor abordagem para conseguirmos uma boa articulação com as Juntas de Freguesia. É um trabalho de continui-

dade e prova disso são as várias obras executadas nos últimos anos e por isso acompanhamos naturalmente a proposta da Câmara Municipal de Amarante”.

#### **ANTÓNIO BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES**

No uso da palavra disse: “Relativamente a este ponto queria dizer que não é muito, mas é muito melhor do que nada. É um bom princípio para chegarmos ao espírito da lei 75/2013, que prevê bastante mais, embora com algumas responsabilidades para as Juntas de Freguesia. Quero também dizer que vejo isto como um sinal de respeito pelos Presidentes de Junta, mas também de responsabilidades porque a partir de agora as pessoas não podem dizer que não fazem obra, porque mediante aquilo que nos é disponibilizado basta que se façam uns projetos, basta que se tenha ideias e as obras avançarão porque a Câmara responsabilizar-se-á pelo pagamento de uma grande percentagem do valor. Naturalmente voto a favor”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação, e no seguimento do que foi dito nas intervenções anteriores, o resultado apurado foi a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, também por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO, AO ABRIGO DO ART.º 51.º, N.º 1, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, PARA A CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE VILA MEÃ, NO MONTANTE DE 1.500.000,00 EUROS**

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

#### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: “O Partido Socialista vem aqui manifestar que nos pontos 4,5,6,7,8 e 9 vai votar sempre favoravelmente, sendo que também não vai intervir nestas matérias, e portanto, sugere ao senhor Presidente da Assembleia que agregue estes pontos e os proponha à votação em conjunto, caso não haja qualquer debate a fazer acerca dos mesmos”.

#### **CARLOS ALBERTO MIRANDA - PSD**

No uso da palavra disse: “Desde já nos congratulamos com este importante investimento para Vila Meã.

Aliás, penso que é reconhecido por todos os senhores deputados, a importância que o desporto assume nas sociedades modernas e que o pavilhão gimnodesportivo de Vila Meã se reveste de particular importância para os Vilameanenses.

Neste contexto, este executivo municipal tem tido a capacidade de encontrar fontes de financiamento vantajosas para a concretização dos investimentos municipais estruturantes, que tem realizado para afirmar Amarante, nomeadamente o aproveitamento de fundos comunitários com múltiplas candidaturas ao longo dos últimos 8 anos face ao passado em que não se aproveitou os fundos da União Europeia para modernizar a nossa terra.

Contudo, em determinados domínios estes financiamentos não estão disponíveis ou são manifestamente insuficientes.

Assim, tendo em conta que o Município tem uma situação financeira equilibrada e que dispõe de larga margem disponível relativamente ao Limite da Dívida Total, parece-nos que a contracção deste empréstimo é uma opção de gestão adequada.

A este respeito, cumpre salientar que o Município tem uma margem disponível absoluta de endividamento de 23.125.223,81€ reportada a 31-10-2021, ou seja, está ainda muito longe do seu limite de endividamento.

Neste sentido, destacamos que foram cumpridos os procedimentos legais de consulta ao mercado para obter a proposta de financiamento mais vantajosa para os cofres públicos.

A que acresce que esta proposta foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara.

Em face do exposto, obviamente que o sentido de voto da bancada do PPD/PSD será votar favoravelmente a proposta de contração do empréstimo para a construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, relativamente aos pontos 4,5,6,7 e 8, passou-se de imediato à votação, depois de ter sido aprovada por toda a assembleia a proposta do senhor deputado Cândido Zoio. Dessa votação, e no seguimento do que foi dito nas intervenções anteriores, o resultado apurado foi a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, também por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 9 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVOGAÇÃO - REGRAS DE CONDICIONALISMO À CONSTRUÇÃO DE NOVOS EDIFÍCIOS OU À AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS EXISTENTES EM OUTRAS OCUPAÇÕES (PMDFCI)**

Relativamente a este ponto começou por usar da palavra a senhora **VEREADORA RITA BATISTA** que disse que esta era uma questão meramente legal que tem a ver com a revogação de um artigo do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, na sequência da publicação do Dec-Lei 82 de 2021, de 13 de outubro e é revogado o artigo que previa a distância à extrema de 10 metros quando se tratassem de outras ocupações, porque agora não é necessário haver essa previsão, sendo apenas necessário cumprir o afastamento de 50 metros quando se trate de espaços florestais. No fundo, isto é, nós adaptarmos o nosso PDMFCI ao que diz a lei.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES**, que disse que: “Depois de ouvir a explicação da senhora Vereadora entendeu que pelos vistos a lei vai facilitar a construção ao contrário do que ele antes pensava. De qualquer maneira a revogação desta lei vai permitir que se avance, mas há alguns condicionalismos que a lei prevê para determinadas edificações nomeadamente turismo rural e outros equipamentos e a lei não fala especificamente quantos os equipamentos que ficam abrangidos pela lei. Eu ando há anos a tentar edificar uma casa mortuária em Ansiães, que nos faz muita falta e cada vez mais encontro entraves à construção desse edifício, ou porque é terreno agrícola e tenho de desviar. Já comprei mais um olival porque diziam-me que tinha de desviar mais 10 metros e afinal agora não é

preciso. Do outro lado dizem-me que é um espaço florestal e por isso espero que esta revogação venha de encontro às necessidades da Junta para eu poder desbloquear a situação da casa mortuária, porque queria fazê-la antes do final do mandato”.

A senhora **VEREADORA RITA BATISTA** usou de novo a palavra para dizer que relativamente à casa mortuária não tem noção de qual é a classe do espaço, mas está à disposição para analisar a questão juntamente com o senhor Presidente da Junta de Ansiães.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação, e no seguimento do que foi dito nas intervenções anteriores, o resultado apurado foi a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, também por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 10 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS REFERENTE AO ANO DE 2021**

Relativamente a este ponto não houve qualquer discussão, dado que apenas se tratava da tomada de conhecimento do relatório em causa que previamente foi dado a conhecer a todos os senhores deputados.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos quando eram 12 horas. Da presente reunião foi lavrada esta ata que depois de aprovada é assinada pelo senhor Presidente da Mesa e pelos seus Secretários

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** \_\_\_\_\_

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_